

19 a 25 de setembro de 1987

RETRATO DO BRASIL

3



Júlio de Mesquita (à direita na foto), ao depor na CPI, disse que as denúncias sobre a falsidade dos documentos divulgados pelo Estadão, são parte de uma campanha contra seu jornal, e que nunca conheceu o autor dos documentos divulgados.

# O ESTADÃO NO BANCO DOS REUS

Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável do jornal **O Estado de S. Paulo**, ao depor na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura as denúncias publicadas em seu jornal, contra o Conselho Missionário Indigenista, sobre uma suposta conspiração internacional contra a soberania nacional, não levou os documentos, e alegou o direito de preservar suas fontes, ganhando assim tempo. Tentou esvaziar o conteúdo da CPI acusando Ronan Tito, relator da CPI, e Severo Gomes de terem feito pré-julgamento da questão.

**A** Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada para esclarecer as denúncias do jornal **O Estado de São Paulo**, sobre a suposta "conspiração internacional" envolvendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tomou, na quinta-feira da semana passada, o depoimento do jornalista Júlio Mesquita Neto, diretor responsável pelo diário paulista. Os trabalhos da CPI, iniciados às 15 horas, terminaram sete horas depois, porque os membros de direita da comissão resolveram transformar a sessão num festival de ataques à Igreja e de defesa do latifúndio e das empresas mineradoras, tudo em nome do que chamaram de "patriotismo".

Assessorado pelo editor Oliveiros S. Ferreira, Júlio de Mesquita Neto, iniciou seu depoimento na defensiva. Disse que comparecia à CPI "não como testemunha mas como indi-

ciado". Declarou também que ficara surpreendido com a "celeuma" criada em torno das denúncias de seu jornal, como se uma série de artigos difamatórios, com chamadas escandalosas de primeira página, publicado ao longo de mais de uma semana, e contendo denúncias que seriam graves se fossem verdadeiras, deveriam ser lidas e esquecidas.

Como se recorda, o **Estadão** acusou o Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de atentar contra a soberania nacional, macomunando-se com os interesses do cartel dos países produtores de estanho, do qual o Brasil não faz parte. Como pano de fundo da insidiosa conspirata, disse o **Estadão**, o CIMI estaria se utilizando da causa indígena e supostamente estaria defendendo com a emenda popular que apresentou à constituinte (ver artigo na página 20), a incorporação do conceito "da soberania restrita" pelo Estado brasileiro sobre as terras

indígenas. O objetivo, acusa o **Estadão**, seria transformar os territórios indígenas em reservas minerais estratégicas de potências estrangeiras.

Se as denúncias do jornal paulista não fossem trágicas, pelos efeitos que podem causar contra a sobrevivência dos povos indígenas do País, elas seriam simplesmente ridículas. Como apurou o **Retrato do Brasil** (edição número 32, de 3 a 9 de setembro de 1987), o **Estado de S. Paulo** baseou todas as suas acusações em documentos visivelmente falsificados pelo cidadão Mauro Rodrigues Nogueira, avalizado pela empresa Paranapanema, uma das maiores produtoras de estanho do mundo com grandes interesses em terras indígenas, e que já causou enormes prejuízos à comunidade índia como a dos **Waimir-Atroari**, no território de Roraima.

Alegando o direito de preservar a fonte de informação, previsto na Lei de Imprensa, Mesquita Neto garantiu

nunca ter conhecido o cidadão Mauro Rodrigues Nogueira.

Numa manobra aparentemente esperta, Mesquita Neto alegou que, com base no Código de Processo Penal, poderia a legar, contra a CPI, "a excessão de suspensão", uma vez que dois de seus membros já haviam prejudicado o objeto da investigação. Um deles - disse Mesquita Neto - o senador Ronan Tito (PMDB-MG), que é o relator da Comissão, por ter afirmado que os documentos publicados pelo **Estadão**, são imprestáveis. Esta afirmação de Ronan Tito, como se sabe, foi baseada em informações que ele obteve no Conselho de Segurança Nacional. Outro parlamentar que não seria isento segundo Mesquita Neto é o senador Severo Gomes (PMDB-SP). "Ele tomou parti pris ideológico contra o **Estado de S. Paulo** em artigos que publicou na imprensa", disse Mesquita Neto. Ao que tudo indica essa manobra do diretor do **Estadão** foi previamente combinar com os parlamentares de direita da CPI. Tanto assim que no início da sessão, grande parte do tempo foi consumido na tentativa dos direitistas que são minoria na Comissão, de derrubar o senador Ronan Tito do cargo de relator.

Sempre na defensiva, Mesquita Neto afirmou também que não havia feito acusações contra o Conselho Mundial de Igrejas e sim contra um tal Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, absolutamente desconhecido. A confusão entre os dois organismos, disse Mesquita Neto, foi deliberadamente feita para que fosse possível montar uma "insidiosa campanha" contra o seu jornal. O objetivo, afirmou, foi o de mostrar que os documentos publicados pelo **Estado** são falsos sem analisar "os fatos denunciados". Sintomaticamente, e certamente para ganhar tempo e mais uma chance de voltar a depor, Mesquita Neto não apresentou nenhum documento à CPI, prometendo fazê-lo nos próximos dias.

Sobre a mineradora Paranapanema, o diretor do **Estadão** afirmou que a política indigenista da empresa "é mais inteligente do que a da Igreja". Sobre os índios **Yanomami**, Mesquita Neto decretou que "são uma raça em extinção".